



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08389.001400/2021-70

1.

1.1. Trata-se de Estudo Preliminar para definir sobre a viabilidade de nova contratação de serviço de vigilância ostensiva armada para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu e suas descentralizadas, em razão de encerramento do contrato atual, por decorrência do prazo legal

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

#### 2.1. Introdução:

2.1.1. O presente estudo tem por objetivo atender ao disposto no IN 40/2020-ME, consistindo na análise da viabilidade e no levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, para viabilizar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada patrimonial, para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas Guaíra e Cascavel/PR.

#### 2.2. Normativos aplicáveis:

2.2.1. A competência da Polícia Federal está estipulada no Art. 144 da Constituição Federal, a partir da qual denota-se que o fim último do órgão são as funções de polícia e segurança pública.

2.2.2. A realização de serviços que não sejam fins últimos dos órgãos públicos deve, sempre que possível, ser delegada à iniciativa privada. Tal disposição é prevista no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967:

*"Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.*

*c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.*

*§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução. (grifos nossos).*

*§ 8º A aplicação desse critério está condicionada, em qualquer caso, aos ditames do interesse público e às conveniências da segurança nacional."*

2.2.3. Por se tratar de serviço de execução indireta necessário se faz observar as regras estipuladas pelo Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, bem como da IN 05/2017-SEGES que estabelecem regras a serem observadas para a contratação deste tipo de serviço, reforçando o entendimento de

que as contratações públicas devem ser rigorosamente planejadas.

2.2.4. Os serviços demandados enquadram-se na Portaria nº 443/2018-MPDG, que estabelece no âmbito da administração pública federal direta os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta.

*"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:*

*[...]*

**XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;**

*[...]*

*Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018"*

2.2.5. O objeto que se pretende contratar não se amolda a nenhuma das vedações quanto à execução de forma terceirizada previstas no art. 9º da IN SEGES 05/2017 e Art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, tratando-se de atividade acessória, instrumental ou complementar à área de competência legal da DPF/FIG/PR e suas descentralizadas, não possuindo equivalência com as atividades desenvolvidas pelas categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários da Polícia Federal, neste sentido o Parecer nº 49/2013-DELP/CRH/DGP/DPF.

2.2.6. Do que se vislumbra a presente contratação refere-se a bens e serviços comuns, razão pela qual, em sendo viável a contratação, deverá ser licitada na forma do Pregão Eletrônico, observando-se portanto as regras da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 10.024/19 e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93, especialmente aquelas relativas a contratos.

## 2.3. Necessidade e justificativa da contratação:

2.3.1. Atualmente é mantido por esta DPF/FIG/PR o Contrato nº 03/2017-DPF/FIG/PR celebrado com a empresa **EQUISEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA EIRELI**, inscrita no CNPJ 9039434/0001-70, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada patrimonial, para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas Guaíra e Cascavel/PR, processo SEI 08385.305479/2016-88.

2.3.2. Referido contrato terá sua **vigência expirada em 28/02/2022**, havendo necessidade de nova contratação para que não ocorra descontinuidade dos serviços.

2.3.3. Os serviços de Vigilância visam garantir a segurança das instalações físicas, bens móveis e imóveis da DPF/FIG/PR e Unidades sob sua responsabilidade financeira; considerando as necessidades prementes da instituição, a garantir a prestação de serviços da atividade policial judiciária e das atribuições típicas do órgão;

2.3.4. A demanda está alinhada com os objetivos institucionais previstos no Plano Estratégico 2010-2022 da Polícia Federal, atualizado pela Portaria 4453/2014-DG/DPF:

### *"9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS*

#### *9.5. Objetivo Institucional: Promover a Cidadania*

*Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.*

#### *9.5.2. Ação Estratégica: Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão*

*Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de aprimoramento dos serviços prestados à população, envolvendo notadamente as atividades administrativas e de apoio finalístico, buscando facilitar o acesso do cidadão à instituição, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.*

#### **9.5.3. Ação Estratégica: Individualização do Cidadão**

*Desenvolver, sistematizar e implementar técnicas e mecanismos de individualização da pessoa, no sentido de conferir uma identificação única e específica para cada cidadão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados."*

2.3.5. O serviços demandados enquadram-se no art. 1º da Portaria nº 443/2018-MPDG, que estabelece no âmbito da administração pública federal direta os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre elas segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio.

2.3.6. A contratação também visa manter os ambientes com vigilância profissional, liberando os servidores policiais para atividades de maior complexidade, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de segurança quanto ao patrimônio, além da manutenção e conservação da integridade física de pessoas e dos bens públicos, em caráter permanente;

### **3. ÁREA REQUISITANTE**

3.1. SELOG/DPF/FIG/PR - Servidores: EPF Luci de Andrade Cruz (titular), e AADM Márcio de Souza Dias (suplente), bem como para atender esta DPF/FIG/PR e suas descentralizadas ( DPF/GRA/PR e DPF/CAC/PR).

### **4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Para atendimento da necessidade dos serviços vigilante se faz necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, mediante a disponibilização de mão obra em regime de dedicação exclusiva.

4.2. 4.2. A licitante deverá comprovar capacidade técnica, conforme estabelecido a seguir:

4.2.1. A licitante deverá declarar que possui ou manterá preposto em Foz do Iguaçu/PR ou outro município da Região Oeste do Estado do Paraná.

4.2.2. A licitante deverá apresentar atestados que comprovem:

a) A execução de objeto compatível em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos.

b) **A execução de objeto compatível em número de postos de trabalho equivalentes ao da contratação;**

4.2.2.1. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata a alínea "a" acima, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

4.2.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

4.2.2.3. É admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

4.3. A licitante deverá comprovar que possui capacidade econômico-financeira para a execução do contrato, mediante a apresentação de:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

- b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c” acima, observados os seguintes requisitos:
  - d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
  - d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- e) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.4. Nos termos do Art. 7º da IN 05/2017-SEGES a função a ser contratada para a prestação dos serviços, observará a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, **517330 - VIGILANTE**.

4.5. Apresentação de garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento;

4.6. Autorização para pagamento de parte dos valores mensais devidos à empresa contratada, correspondente às férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados alocados na execução dos serviços, em conta vinculada, com movimentação condicionada à autorização dos órgãos ou entidades contratantes, conforme disciplina na IN SEGES nº 5/2017;

4.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta, admitindo-se, entretanto, pela Administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas, nos termos do Art. 8º da IN 05/2017-SEGES, conforme descrição das tarefas principais e essenciais a serem executadas (Anexo 1 deste ETP).

4.8. Os serviços são considerados comuns, tendo padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos de forma objetiva no edital da licitação, por meio de especificações usuais no mercado. Os serviços são usualmente contratados nos diversos órgãos da Administração Pública.

4.9. Os serviços ora demandados devem ser prestados de forma contínua, vez que pela sua essencialidade visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando e suportando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão institucional.

4.10. Critérios e Práticas de Sustentabilidade:

4.11. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

4.12. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações da Polícia Federal voltadas para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:

- Economia de energia;
- Economia em materiais como copos e talheres plásticos descartáveis;
- Economia de água;
- Reciclagem de lixo;
- Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes.

4.13. Ainda, deverão ser utilizados os modelos disponibilizados pela AGU, que conforme consta no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, já consideram os critérios de sustentabilidade aplicáveis aos serviços enquanto obrigações da Contratada.

4.14. O contrato deverá ter vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, inc. II da Lei 8.666/93.

4.15. Não se verifica a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, em função da natureza e características dos serviços a serem prestados.

4.16. As unidades possuem atualmente laudo de periculosidade emitido pela autoridade competente, incidindo, portanto, o custo com adicional de periculosidade de 30% sobre o salário base dos funcionários alocados.

4.17. A Contratada deverá formalizar acordo de banco de horas relativamente à mão de obra alocada para a prestação dos serviços. A realização de horas adicionais ficará condicionada à requisição prévia pelo Setor Demandante da Contratante à Contratada e a compensação das horas deverá ser informada previamente pelo funcionário à Contratada, que deverá comunicar previamente à Contratante.

4.18. Quando se verificar a habitualidade na realização das horas adicionais, a Contratada e a Contratante deverão adotar as providências necessárias ao ajuste das jornadas de trabalho, mediante o revezamento de escalas de trabalho da mão de obra alocada ou acréscimo de postos, conforme o caso.

4.19. A licitante deverá apresentar planilha detalhada de custos, sendo uma para cada localidade em razão de diferenças de ISS, VT e eventualmente outras, bem como uma para postos diurnos e outra para postos noturnos conforme a localidade/posto.

4.20. Para a prestação dos serviços e objetivando assegurar a qualidade desejada pela Polícia Federal, a empresa a ser contratada deverá disponibilizar profissionais que apresentem, no mínimo:

1. Escolaridade; 4ª série do ensino fundamental (conforme item 1 j do ANEXO I da PORTARIA Nº 3.233/2012-DG/DPF de 2012);
2. Experiência de, no mínimo, 6 (seis) meses;
3. Curso de formação em Vigilante, com sua renovação atualizada;
4. Conhecimento básico de informática;
5. Iniciativa e fluência verbal; Facilidade de relacionamento;
6. Capacidade de trabalho em equipe;
7. Demonstrar aptidão, discrição, destreza e responsabilidade na execução das atividades.

## 5. LEVANTAMENTO DO MERCADO/JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

5.1. São amplas as soluções de segurança. Contudo o modelo de postos de vigilância já vem sendo utilizado na Polícia Federal a diversos anos.

- 5.2. A vantagem de utilização de serviços de vigilância é a possibilidade de uso de armamento que previne ação de bandidos que temem por enfrente revide armado.
- 5.3. A única opção legal de uso de armas é pelo sistema de vigilância patrimonial, quando se discute modelos de terceirização dos serviços.
- 5.4. Assim o mercado é restrito aos formatos de vigilância patrimonial quando se necessita de uso de armas.
- 5.5. Neste contexto as soluções também são diversas mas únicas a cada tipo de finalidade.
- 5.6. Se observa as finalidades de escolta armada, segurança pessoal, serviços de vigilantes eventuais, postos de serviços contínuo e eventual.
- 5.7. Assim dentre as diversas formas possíveis se percebe que a necessidade da Polícia Federal é única para postos de serviços contínuos.
- 5.8. São diversas as soluções, conforme demonstrado abaixo algumas licitações que tratam deste tipo de contratação:

<b>Órgão</b>	<b>UASG</b>	<b>Pregão</b>	<b>Objeto</b>
Agência de Modernização da Gestão de Processos	925998	10180/2019	Pregão Eletrônico - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA DESTINADOS ao Gabinete Civil
Câmara dos Deputados	10001	38/2019	Pregão Eletrônico - Prestação de serviços continuados na área de vigilância armada e desarmada em áreas internas e externas da Câmara dos Deputados e dos blocos de apartamentos funcionais da Câmara dos Deputados, em Brasília DF, pelo período de doze meses.
Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás	910808	.07/2019	Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de segurança pessoal e patrimonial, vigilância ostensiva, armada e desarmada, compreendendo serviços terceirizados de agentes de segurança pessoal privada, vigilantes armados e desarmados, supervisores e coordenador, e seus respectivos uniformes e equipamentos de apoio (armamentos e coletes), nas dependências da ELETROBRAS na cidade do Rio de Janeiro, conforme condições estabelecidas neste Edital, conforme condições estabelecidas no Edital

CENTRO NACIONAL DE CULTURA POPULAR	343030	.1/2019	Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços continuados de vigilância desarmada nas dependências da contratante, localizadas na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Rua do Catete, nº179/181 Catete/RJ, que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de uniformes e o emprego de todos os equipamentos, ferramentas e EPIs necessários à execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
------------------------------------	--------	---------	---

5.9. Foram realizadas pesquisas no que tange às contratações para o objeto de serviços de vigilância promovidas no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública Federal com o objetivo de ser verificada a existência de soluções compatíveis/similares que venham a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.

5.10. Este levantamento é o mesmo apontado no sub item anterior que tem 03 licitações pertinentes aos serviços de vigilância no âmbito de órgãos públicos.

5.11. Esta relevância de contratações apenas sugere que a escolha por postos de vigilância contínua é um bom caminho para a vigilância patrimonial.

5.12. Observou-se assim que são postos contínuos de vigilância que remetem ao CBO nº 5173-30 “Vigilante”.

5.13. Esta CBO’ é amplamente utilizada para serviços de vigilância patrimonial que são requisitados nesta Delegacia.

5.14. Isto posto, esta Delegacia poderá, no que for pertinente, seguir os modelos pesquisados, observadas as disposições da IN 05/2017 optando assim postos contínuos de serviços de vigilância como a melhor escolha de solução para atendimento às necessidades da presente demanda.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Os serviços de vigilância compreendem a execução de atividades de segurança e prevenção. Desta forma, diversas são as atividades pertinentes, contudo destaca-se a realização de rondas, serviços de vistoria na portaria, prontidão na portaria evitando invasões, portar armas para coibir revide armado, verificação de condições de segurança conforme orientação da Polícia Federal, dentre outras.

6.2. A execução dos serviços envolve mão-de-obra capacitada e qualificada conforme os postos fixados pela Administração, devendo ser prestados com fundamento nos critérios seguintes:

6.2.1. Proteger as instalações, o patrimônio e a integridade física dos servidores e usuários da Administração contra ação de terceiros;

6.2.2. Os serviços de vigilância serão realizados com base em postos previamente estabelecidos pela Administração os quais, a critério desta, poderão ser remanejados, trocados, modificados ou substituídos no todo ou em parte, nos estritos limites estabelecidos pela norma em vigor;

6.3. Os serviços de vigilância a serem contratados compreendem, sem prejuízo de outras responsabilidades previstas em norma específica:

- 6.3.1. comunicar imediatamente à Contratante, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 6.3.2. manter afixado no Posto, em local visível, os números de telefones da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades;
- 6.3.3. observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida do fiscal da Contratante, bem como as que entender oportunas;
- 6.3.4. permitir o ingresso, nas dependências internas, somente a servidores e prestadores de serviços devidamente autorizados e identificados.
- 6.3.5. fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
- 6.3.6. repassar para o (s) vigilante (s) que está (ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- 6.3.7. comunicar à área de segurança da Administração todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Polícia Federal;
- 6.3.8. proibir o ingresso de vendedores, pedintes, angariadores de donativos, ambulantes e assemelhados às instalações sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;
- 6.3.9. proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial, junto aos Postos e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- 6.3.10. proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- 6.3.11. executar a(s) ronda(s) diária(s), conforme orientação recebida da Contratante;
- 6.3.12. executar rondas nas áreas externas aos edifícios;
- 6.3.13. assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada, devendo estar no local de trabalho de posse de acessórios, tais como: lápis ou caneta, bloco de papel, apito, cassete e outros específicos ao desempenho do trabalho;
- 6.3.14. manter os vigilantes nos Postos, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- 6.3.15. registrar e controlar, juntamente com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal fazendo uso de ponto eletrônico deixando no mínimo 1 (um) dispositivo padrão MTE em cada edifício (local) desta execução, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços
- 6.4. verificar diariamente, nos locais a que tem acesso, se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;
- 6.5. verificar se estão iluminadas as áreas dos prédios pré-determinadas pela Contratante, e se as demais luzes estão apagadas, registrando nos Livros de Ocorrência os locais onde porventura forem deixadas luzes acesas;
- 6.6. efetuar vistoria no prédio quando da troca de turnos, acompanhado do seu substituto, comunicando-lhe quaisquer irregularidades ocorridas, as quais deverão ser anotadas em Livro de Ocorrência, antes de proceder à entrega das chaves que lhe tenham sido confiadas;



- 6.7. verificar, por ocasião de cada vistoria regular no prédio, a existência de objeto(s) abandonado(s) (pacotes, embrulhos, etc.) e, uma vez considerado(s) suspeito(s), adotar as providências preventivas de segurança recomendadas pela norma estabelecida para a espécie;
- 6.8. comunicar à Contratante, sempre que constatada, a existência de aglomeração, a permanência de pessoas suspeitas nas imediações dos Edifícios, ações de depredação e/ou possibilidade de invasão dos prédios;
- 6.9. garantir ao(s) portador(es) de deficiência(s) física(s) de locomoção a preferência de trânsito e acesso aos elevadores, procurando ajudá-lo(s), quando for o caso, no embarque e desembarque de veículos
- 6.10. abster-se da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações durante seu turno de trabalho;
- 6.11. encaminhar ao conhecimento da Contratante, de forma imediata e em qualquer circunstância, a constatação de atitude suspeita observada nas dependências da Polícia Federal.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 7.1. A contratação dos serviços terceirizados de vigilância terá os quantitativos de postos abaixo:

Grupo	Item	Descrição detalhada	Local	Qtde Posto
1	1	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas diurnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 07h às 19h, inclusive feriados, para atender as necessidades do edifício sede da DPF/FIG/PR e subunidades em Foz do Iguaçu/PR.	Foz do Iguaçu/PR	3
	2	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas noturnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades do edifício sede da DPF/FIG/PR e subunidades em Foz do Iguaçu/PR.	Foz do Iguaçu/PR	3
	3	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas diurnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 07h às 19h, inclusive feriados, para atender as necessidades da DPF/GRA/PR e subunidades em Guaíra/PR.	Guaíra/PR	4
	4	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas noturnas de segunda-feira a domingo,	Guaíra/PR	

		envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades da DPF/GRA/PR e subunidades em Guaíra/PR.		4
	5	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas noturnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades da DPF/CAC/PR e subunidades em Cascavel/PR.	Cascavel/PR	3

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Nos termos do inc. VI do Art. 7º da IN 40/2020-SEGES/ME e do Anexo V, item 2.9 da IN 05/2017-MPDG, bem como do Art. 9º da IN 73/2020-SEGES/ME, a estimativa de preços da presente contratação decorre do preenchimento da Planilha da Administração, anexo a este ETP.

8.2. O valor estimado da contratação são os expressos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANT. POSTOS	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas diurnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 07h às 19h, inclusive feriados, para atender as necessidades do edifício sede da DPF/FIG/PR.	Foz do Iguaçu/PR	3	R\$ 14.024,02	R\$ 42.072,06	R\$ 504.864,72
2	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas noturnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades do edifício sede da DPF/FIG/PR.	Foz do Iguaçu/PR	3	R\$ 15.007,00	R\$ 45.021,00	R\$ 540.252,00
3	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas diurnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 07h às 19h, inclusive feriados, para atender as necessidades da DPF/GRA/PR.	Guaíra/PR	4	R\$ 13.944,37	R\$ 55.777,48	R\$ 669.329,76
4	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas noturnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades da DPF/GRA/PR	Guaíra/PR	4	R\$ 14.964,97	R\$ 59.859,88	R\$ 718.318,56
5	Posto de vigilância ostensiva armada, de 12 (doze) horas noturnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de	Cascavel/PR	3	R\$ 15.182,03	R\$ 45.546,09	R\$ 546.553,08

	12 (doze) x 36 (trinta e seis), das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades da DPF/CAC/PR					
<b>TOTAL</b>		17		R\$ 248.276,51	R\$ 2.979.318,12	

Obs.: Na planilha da Administração constam de forma detalhada os custos unitários estimado da contratação.

8.3. Na planilha elaborada pela administração foram utilizados:

a) os salários normativos e benefícios extraído da seguinte Convenção Coletiva de Trabalho:

1. **NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR000320/2020**
2. **DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/02/2020**
3. **NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR007403/2020**
4. **NÚMERO DO PROCESSO: 13068.101872/2020-11**
5. **DATA DO PROTOCOLO: 19/02/2020**

b) os dados estatísticos foram obtidos a partir do Caderno Técnico de Limpeza 2019 elaborado pela SEGES/MPDG.

c) os valores dos insumos foram verificados a partir de pesquisa de preços realizada em sítios eletrônicos, tendo sido considerado a média destas, conforme o caso, tendo em vista a necessidade de valores atualizados.

d) os valores de transporte público foram verificados junto aos sites pertinentes, assim como a tributação relativa ao ISS para cada cidade de execução dos serviços.

e) as porcentagens máximas de lucro e custos indiretos foram obtidas através do Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Vigilância para o Estado do Paraná.

## 9. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

9.1. O art.23 § 1o da Lei nº 8.666 dispõe que:

*“As obras, serviços e compras efetuados pela Administração serão divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.”*

9.2. A ordem instituída no dispositivo é clara no sentido de que o objeto seja parcelado a fim de melhor aproveitar os “recursos disponíveis no mercado” e de ampliar a “competitividade” do certame.

9.3. Entretanto, o objeto em questão não é passível de parcelamento, pois trata-se de serviços de segurança.

9.4. Sabe-se que o serviço de segurança tem que se responsabilizar pelo patrimônio e também pela segurança como um todo.

9.5. Neste sentido a fragmentação de 2 ou mais empresas deve comprometer a integridade da solução, visto que pode ocorrer um "jogo de empurra" de responsabilidades à segurança.

9.6. Assim, a contratação será feita em grupo único, pois gerará razoável ganho para a Administração na economia de escala, uma vez que implicará num aumento de quantitativos e consequentemente numa redução do preço final contratado, sendo economicamente vantajoso para a Administração. Conforme bem define o Manual de Licitações e Contratos do TCU:

*“Sabe-se que economia de escala atrela preço à quantidade demandada. Por isso, quanto maior o quantitativo licitado, menor poderá ser o custo do produto, que tem por limite o chamado custo zero”(…);*

*10.2. O grupo de estudos de contratação e gestão de contratos de terceirização de serviços continuados na administração pública federal, formado por servidores do Tribunal de Contas da União - TCU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal, orienta para que não seja parcelado objeto quando tratar-se de serviços sem nenhuma complexidade, conforme transcrição abaixo:*

*O art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, fixa orientação no sentido de que “as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala”.*

*Pelo esclarecido anteriormente, as empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não têm especialidade no serviço propriamente, mas na administração da mão de obra. É uma realidade de mercado à qual a Administração precisa se adaptar e adequar seus contratos. É cada vez mais raro, por exemplo, firmar contratos com empresas especializadas somente em limpeza, ou em condução de veículos, ou em recepção. As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes.*

*Trata-se, assim, de prática regular do mercado prestar esses serviços de forma concomitante. Desse modo, a divisão do objeto, como previsto na norma transcrita, não implicará em ampliação da competitividade e, em consequência, em ganhos econômicos, pois as mesmas empresas participarão da licitação.*

*Além do mais, quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho. Em princípio, portanto, é esperada uma redução dos preços ofertados, caso o objeto não seja dividido.*

*Nessa linha de raciocínio, a simples divisão desses serviços implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los.*

*Portanto, sob o ponto de vista técnico e econômico, serviços não especializados, como movimentação de móveis, almoxarifado, arquivo, protocolo, garçom, mensageiro, motorista, recepcionista, limpeza, arquivo, não devem ser divididos.*

*Porém, há que se lembrar, que os serviços técnicos, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática, devem ser divididos por área, visto que o mercado atua de forma segmentada por especialização e, desse modo, é esperada competitividade mais acirrada, com reflexos diretos nos preços ofertados e na qualidade dos serviços prestados.*

*Dessa forma, a proposta do Grupo de Estudo para a realização do parcelamento do objeto em serviços de natureza continuada, dependerá da complexidade técnica envolvida. Assim, opta-se pelo não parcelamento quando se referir a objeto sem nenhuma complexidade técnica, a exemplo de limpeza, condução de veículos, recepção, e pelo parcelamento quando se tratar de serviços técnicos em que as empresas atuam de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática. Trata-se, contudo, de procedimentos que devem ser avaliados em cada caso concreto.*

10. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1. Conclusão do Plano de Segurança Orgânica da DPF/FIG/PR e reforma da guarita da DPF/FIG/PR.

11. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

11.1. A presente demanda encontra-se registrada no PAC 2022, em seu item 233.

12. **RESULTADOS PRETENDIDOS:**

12.1. Os serviços de vigilância são amplamente conhecidos no âmbito do serviço público.

12.2. Basicamente o serviço presta segurança diurna e noturna atua de modo a evitar imprevistos de segurança.

12.3. Neste contexto destacamos os resultados pretendidos conforme abaixo:

1. Evitar invasões nos perímetros da Polícia Federal nos períodos diurnos e noturnos;
2. Ter colaboradores nas portarias de modo a permitir a entrada somente de pessoas autorizadas;
3. Evitar que visitantes tenham acesso indevido;
4. Ter segurança patrimonial e pessoal;
5. Evitar gastos excessivos com o aumento do efetivo na vigilância;
6. Atender aos critérios de sustentabilidade ambiental;
7. Evitar perdas patrimoniais com roubos ou vandalismo;
8. Com a seleção de uma empresa pretende-se reduzir a zero a aplicação de sanções, induzido por fiscalização contratual atuante.

13. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1. Mesmo apontamento do item 10.1 acima.

14. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

14.1. Diante da necessidade de manter os serviços de vigilância patrimonial na Polícia Federal, não podendo ser substituída por qualquer outra sem perda financeira ou organizacional, a licitação para contratação de serviços de vigilância é viável.

14.2. Dessa forma e considerando o conjunto de informações apresentadas, conclui-se pela viabilidade da contratação, no que tange aos aspectos econômico-financeiros, pelos benefícios almejados, e, principalmente, o atingimento dos objetivos institucionais com eficiência.

15. **RESPONSÁVEIS**

**LUCI DE ANDRADE CRUZ**

Escrivã de Policial Federal -SELOG/DPF/FIG/PR

**LEYLA VANESSA MAGNO MENEZES**  
Agente Administrativa - GESCON/SELOG/DPF/FIG/PR

**LUCAS DAGOSTIN**  
Agente Administrativo - NEPOM/DPF/FIG/PR

**BEMILDES JOSÉ DA SILVA FILHO**  
Agente Administrativo - NAD/DPF/CAC/PR

**MARCOS AUGUSTO BARTH**  
Agente de Polícia Federal- NIP/DPF/GRA/PR

- 16. **ANEXOS**
- 16.1. Planilha da Administração 21682316;
- 16.2. Laudo Periculosidade DPF/FIG/PR 18111379;
- 16.3. Laudo Periculosidade DPF/CAC/PR 18111388;
- 16.4. Laudo Periculosidade DPF/GRA/PR 18111399;
- 16.5. Convenção Coletiva - PR000320/2020 18111411



Documento assinado eletronicamente por **LUCI DE ANDRADE CRUZ, Gestor Financeiro**, em 24/05/2022, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEYLA VANESSA MAGNO MENEZES, Gestor de Contrato**, em 24/05/2022, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **BEMILDES JOSE DA SILVA FILHO, Agente Administrativo(a)**, em 24/05/2022, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS AUGUSTO BARTH TUCUNDUVA**, Papiloscopista Policial Federal, em 24/05/2022, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DAGOSTIN**, Agente Administrativo(a), em 24/05/2022, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **22781768** e o código CRC **783442AD**.